



## Ata

**Ata da ducentésima trigésima sexta reunião ordinária do Conselho Estadual sobre Drogas (Coesad), realizada ao vigésimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e um minutos, no auditório do CAAD, no Centro de Vitória.** Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Carlos Augusto Lopes e Getúlio Sérgio Souza Pinto, Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas; Samantha Leal Fraga, Secretária de Direitos Humanos; Clarice Sampaio Regattieri, Secretária e Justiça; Paulo Henrique Santos Moraes, Secretária de Segurança Pública; João Evangelista de Souza, Secretária de Educação; Cyntia Silva de Souza Felix, Secretária de Saúde; Sandra Silva Lima Barreto, IASES; Thiago de Carvalho Guadalupe, Instituto Jones dos Santos Neves; Expedito Jorde, Polícia Federal; Dilcinéia Souza Bragança, CRP – Conselho Regional de Psicologia. Convidados: Aline Borel e Luciana Menezes e Suelen Wernersbach, Subsecretaria de Política sobre Drogas; Livia Silva de Queiroz, pesquisadora bolsista do IJSN. Justificaram ausência: Adriana Leão, Universidade Federal do Espírito Santo; Alciléia Cardoso de Oliveira e Luiz Cesar Ferreira de Oliveira, Projeto Alfa Comunidade Terapêutica; Lara Campanharo, Forum Metropolitano sobre Drogas; José Carlos Fiorido, FEES; André Ferreira, Luta Antimanicomial e Nívia Alves Mota, CRESS. **Abertura:** O presidente do Conselho, sr. Carlos Lopes, inicia a reunião saudando a todos os presentes; relembra que esta é a primeira plenária do ano e também a primeira da gestão; recorda que na 232ª reunião ordinária do Conselho, o pleno deliberou pela recondução da gestão, de acordo com o que permite o Regimento Interno, e desta forma, está se iniciando o mandato do biênio 2024/2026. A secretária executiva relata que algumas vagas estavam em aberto, bem como algumas representações tanto do poder público quanto da sociedade civil estavam faltosas; que desta forma, foram encaminhados ofícios a todas as instituições que compõem o Conselho, de forma a serem oficializadas as representações para o biênio 2024/2026; refere que foi dado prazo até o dia 01/03/2024 para resposta das instituições, e caso não haja resposta, será considerado o membro que já ocupa a cadeira no Conselho; informa ainda que após a oficialização das respostas será realizada a publicação no Diário Oficial. **Correspondências recebidas:** a secretária executiva relata que foi recebida no e-mail do Conselho uma correspondência do COMUD – Conselho Municipal sobre Drogas de Cariacica, relatando sobre uma denúncia, no entanto, a referida denúncia não foi anexada à correspondência; refere que então solicitou por e-mail e também por meio de ligação telefônica que efetivamente a referida denúncia fosse encaminhada, mas que até o momento esta ainda não foi realizada. **Correspondências expedidas:** encaminhamento aos conselheiros da ata da 235ª reunião ordinária e roteiro da 236ª reunião; e encaminhamento dos ofícios às secretarias e OSCs que compõem o Coesad para formalização da composição da nova gestão - 2024/2026. **INFORMES:** O presidente coloca que no ano passado foi iniciada, com anuência deste Conselho, uma política de fomento à criação e fortalecimento de conselhos municipais sobre drogas; refere que em 2023 foi lançado um edital onde os municípios podiam apresentar propostas para implementação de seus conselhos municipais; relembra que 7 municípios do estado foram contemplados para organizar e estruturar seu conselhos sobre drogas; coloca ainda que concomitante, se faz necessária uma capacitação destes conselhos bem como de seus conselheiros; reflete que o recurso financeiro é importante, mas que o instrumental teórico também é necessário; desta forma, informa que a subsecretaria sobre drogas está em parceria com a ESESP – Escola de Serviço Público do Espírito Santo, formatando um curso de capacitação para conselheiros da política sobre drogas; coloca que o referido curso poderá ter a participação tanto de conselheiros municipais quanto estaduais, bem como de outros profissionais que atuam no campo da política sobre drogas; refere que o foco é a capacitação de conselheiros municipais, mas que será aberto também para integrantes deste conselho estadual, ou mesmo profissionais da Raps e agentes comunitários de saúde; informa que o curso será realizado na modalidade EAD pela ESESP e terá uma carga horária de 30h/aula; em seguida passa a palavra para a sra. Luciana Menezes, atualmente assessora da SESD. A sra. Luciana relata que inicialmente foi pensado em trabalhar apenas 1 círculo com 5 módulos, sendo: Ambientação do Curso (2h); Sujeitos, Contextos e Drogas (6h); Políticas Públicas sobre Drogas, Legislação e Redes (8h), Participação Cidadã (10h) e Atividade Final do Curso (4h); que o tempo aproximado será de 1 mês de curso, realizado possivelmente no mês de maio; que a proposta é de que na Semana Estadual sobre Drogas os participantes já estejam certificados. A sra. Luciana informa ainda que a proposta não é formar com profundidade esses atores, mas sim possibilitar um trabalho mais assertivo em seus espaços de atuação; relata que serão ofertadas 200 vagas em um curso com tutoria; e que já está sendo realizada uma aproximação com os municípios, em especial com os que foram contemplados no Edital de Fomento de 2023; no entanto, refere que a proposta é abranger o maior número de profissionais e municípios possíveis. O conselheiro Getúlio solicita a palavra para colocar que o curso tenta abarcar conteúdos muito essenciais no campo das drogas; reflete que o primeiro ponto é o entendimento que a questão das drogas não é a droga





em si, e sim o sujeito no contexto da droga; e que o segundo ponto é dar conta que as drogas sempre participaram das organizações políticas da sociedade; e, portanto, muito importante essa atenção aos conselhos municipais. O presidente coloca ainda que no momento das inscrições o Coesad será informado, e que será feita uma reserva de vagas para os interessados. Antes de dar continuidade, o presidente faz questão de informar, em especial por ser este o início de uma nova gestão, que as reuniões do Conselho são gravadas apenas como instrumento para elaboração da ata, e não uma gravação oficial para disponibilização posterior. Dando seguimento nos informes, é passada a palavra para a **Comissão do “Plano de Mobilização e Relações Intermunicipais”** para relatar sobre o andamento das ações: O conselheiro Getulio relata que a referida comissão foi tirada ao final da gestão anterior com intenção de iniciar os trabalhos nesta gestão; que a proposta é construir um plano de interação com e entre os municípios do estado; e que desta forma, agora que o trabalho será iniciado. Dando continuidade é passada a palavra para a **Comissão do “Plano Estadual sobre Drogas”** relatar sobre o andamento das ações: o presidente relembra que ao final da gestão anterior foi tirada essa comissão com o prazo de apresentação de material preliminar para a plenária na reunião de maio; relembra que está dentro da diretriz da SEDS a elaboração e entrega para a sociedade capixaba, do Plano Estadual da Política sobre Drogas, e que neste sentido, a construção será a partir do Coesad; solicita que a secretária executiva relembre os componentes da comissão, sendo eles: SEDS (Getulio), Luta Antimanicomial (André Ferreira), FEES (José Carlos Fiorido), UFES (Marcus Vinicius) e assessores da SEDS (Nathalia e Suelen). O presidente solicita ao Conselheiro Getulio que dê início aos trabalhos na condição de coordenador interino; refere que a Comissão tem autonomia para determinar quem efetivamente será o coordenador, e que o sr. Getulio somente dará início às ações. A Conselheira Samantha solicita a palavra para questionar se o presidente tem alguma informação se haverá atualização do Plano Nacional sobre Drogas, elaborado no governo anterior. O presidente coloca que nas reuniões há sim uma sinalização de atualização, e que esta discussão está em pauta, no entanto, ainda não há nada de concreto. O conselheiro Getulio solicita reforçar que a Comissão do Plano Estadual sobre Drogas deve ter prioridade nos trabalhos em função do prazo e do objeto de trabalho; convoca os membros para a responsabilidade da atividade. Dando continuidade o presidente informa que em janeiro foi revogado o edital para credenciamento de novas comunidades terapêuticas à Subsecretaria sobre Drogas; refere que desde janeiro a subsecretaria não tem mais previsão de credenciar novas instituições; menciona que atualmente estão credenciadas 6 instituições, com um total de 175 vagas sendo 155 vagas masculinas e 20 vagas femininas; reflete que este número de vagas já atende de modo satisfatório não havendo demanda para um número maior de vagas; coloca ainda que estavam esgotadas no estado instituições que atendessem aos critérios impostos no edital; finaliza afirmando que o edital de credenciamento está suspenso por tempo indeterminado. Em seguida é passada a palavra para as comissões permanentes do Coesad para relatarem as ações desenvolvidas. **Comissão de Educação Permanente sobre Drogas:** O coordenador da comissão não estava presente e nenhum membro se manifestou. **Comissão do Fundo Estadual sobre Drogas:** O coordenador da comissão não estava presente e nenhum membro se manifestou. **Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Instituições:** O coordenador da comissão não estava presente e nenhum membro se manifestou. O presidente aproveita o momento para informar que ficaram prontos os Cadernos Metodológicos elaborados e construídos por meio de uma parceria entre a SEDS e a SEDU; relembra que estes Cadernos foram lançados na versão digital em 2022 e agora, após atualização em 2023, foi lançada a versão impressa; refere que esta é uma iniciativa inédita no Brasil, sendo o Espírito Santo o primeiro estado a preparar um material didático pedagógico para ser trabalhado em salas de aula do ensino fundamental e médio da rede pública estadual a questão do álcool e outras drogas; relata que os membros do Coesad estão recebendo em primeira mão, mas que ainda será realizado um evento de lançamento em conjunto com a SEDU; coloca que o Caderno Metodológico será entregue para a rede estadual de ensino, mas que já está sendo ampliado para a rede municipal; refere que está sendo realizada uma parceria com os municípios, iniciando por Viana, Cariacica, Anchieta e Vitória; e que a meta é atingir a toda a rede municipal de ensino do estado; coloca que este material faz parte do eixo de prevenção do Programa Rede Abraço; ressalta que o conteúdo segue os parâmetros curriculares estabelecidos pela Legislação, ou seja, numa perspectiva técnica, didática e pedagógica alinhada aos parâmetros e à política educacional desenvolvida no país e no estado; reforça que não caberia um debate sobre o que iria ser abordado neste material por não se tratar de opinião e sim daquilo que empiricamente já foi comprovado e que esteja dentro do arcabouço legal. A sra. Aline Borel, uma das organizadoras/elaboradoras do Caderno Metodológico, solicita ressaltar que, é possível verificar que todas as práticas propostas são baseadas no currículo escolar do estado, ou seja, em todo o conteúdo proposto, o professor quando for aplicar, pode verificar qual a diretriz curricular que irá tratar dentro da sala de aula; refere que foi prezado pelo uso de ferramentas que sejam atrativas a cada faixa etária que estará sendo trabalhada; reflete que houve tanto um cuidado com o currículo escolar quanto com o tipo de





abordagem a ser utilizada para cada fase do aprendizado; frisa que é um Caderno Metodológico direcionado aos professores, e que a partir desse instrumental irão trabalhar de forma transversal e multidisciplinar dentro de sala de aula. **ASSUNTOS: 1) Editais:** O presidente coloca da pretensão da SEDS de lançar 3 editais neste ano de 2024, e da necessidade de aprovação do Conselho para a realização; relata sobre o edital de Boas Práticas que já ocorre anualmente desde 2020; refere que o edital de Boas Práticas concede recursos tanto à instituições da sociedade civil quanto trabalhadores da rede pública da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, podem escrever projetos; que o mesmo é dividido em 3 eixos: Prevenção - onde é possível a participação de pessoas jurídicas que desejem realizar projetos em comunidades e/ou território específico, Cuidado e Tratamento – onde só podem se inscrever pessoas físicas que sejam trabalhadores que atuam na RAPS, e Reinserção Social – também voltado para pessoas jurídicas que apresentem projetos que versem sobre a Reinserção Social tanto no mercado de trabalho, no território ou na família do sujeito; que cada contemplado recebe o valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e a proposta é realizar 30 premiações; refere que por orientação de PGE – Procuradoria Geral do Estado, não é possível realizar discussão do regramento na plenária do Conselho, tendo em vista a questão ética de que membros do Conselho poderiam ser possíveis concorrentes ao edital e serem beneficiados com informações privilegiadas; após explanação abre para questionamentos e/ou ponderações e solicita aprovação deste Conselho para que a SEDS possa colocar em execução o referido edital. Não havendo nenhum questionamento, oposição nem abstenção da plenária, o edital de Boas Práticas é aprovado por unanimidade. O presidente passa então para exposição do segundo edital; relata ser este um edital inovador e novo no estado e no país; explana sobre o edital de Práticas pedagógicas; refere que é um edital em parceria com a SEDU que visa premiar projetos pedagógicos que os professores estejam desenvolvendo com seus alunos na temática de prevenção às drogas; coloca ainda que as escolas que estiverem usando o Caderno Pedagógico terão uma pontuação diferenciada como forma de fomentar a utilização do material pelos professores; relata que a proposta é premiar 30 projetos no estado em escolas da rede pública, seja federal, estadual ou municipal; faz questão de frisar que escolas da rede privada não serão contempladas; relata que o valor de cada premiação será de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); refere que o projeto pode ser apresentado por 1 professor ou mais professores, ou mesmo apresentado pela unidade de ensino; coloca que a premiação, por força de regramento do edital, deve ter o investimento de 50% do valor em recursos didáticos pedagógicos e os 50% restantes poderá ficar para o professor a título de incentivo para implementar essa ação na escola; coloca ainda que será necessária prestação de contas ao final da execução. A sra. Aline solicita frisar que a proposta é incentivar os professores a utilizarem o Caderno Metodológico bem como estimular nas escolas ações de educação e prevenção ao uso de drogas. O presidente coloca que, em sendo aprovado pelo Coesad, a pretensão de lançamento é em conjunto com o lançamento do Caderno Metodológico. Após explanação abre para questionamentos e/ou ponderações e solicita aprovação deste Conselho para que a SEDS possa colocar em execução o referido edital. Não havendo nenhum questionamento, oposição nem abstenção da plenária, o edital de Práticas Pedagógicas é aprovado por unanimidade. O presidente passa então para exposição do terceiro edital; refere que seria a segunda versão do edital para fortalecimento dos Conselhos Municipais sobre Drogas; relembra que em 2023 foi lançada a iniciativa piloto, e a proposta é repetir neste ano, de forma que ao final da gestão, o maior número possível de municípios tenham sido contemplados; que a proposta é contemplar mais 10 municípios, sendo que os contemplados no edital de 2023 (Aracruz, Serra, Cariacica, Guaçui, João Neiva, Santa Maria de Jetibá e Colatina) não podem concorrer novamente; refere que o investimento é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) por município e o recurso disponibilizado só pode ser usado para investimento, ou seja, compra de material e equipamento, e é vedada utilização para pagamento de pessoal. Após explanação o presidente abre para questionamentos e/ou ponderações e solicita aprovação deste Conselho para que a SEDS possa colocar em execução o referido edital. Não havendo nenhum questionamento, oposição nem abstenção da plenária, o edital para Fortalecimento dos Conselhos Municipais sobre Drogas é aprovado por unanimidade. **2) Definição da comissão do Coesad para elaboração da Semana Estadual sobre Drogas:** O presidente relembra que desde de 2022 o estado realiza a Semana Estadual sobre Drogas; refere que existe uma legislação federal e também uma legislação estadual que institui sua realização na 4ª semana do mês de junho; relata que já existe uma comissão da SEDS para elaboração do evento, e que esta comissão precisa ser incrementada com representantes do COESAD, tendo em vista que a realização da Semana sobre Drogas é uma realização conjunta entre SEDS e COESAD; informa que a comissão da SEDS é composta por: Getúlio Souza, Nathalia Borba, Luciana Menezes, Romulo Krauser e Aline Borel; desta forma, abre para manifestação dos membros interessados em compor a referida comissão. Disponibilizam-se para compor a comissão os seguintes representantes: Thiago Guadalupe (IJSN), Expedito Jorge (Polícia Federal), João Evangelista (SEDU) e Cynthia Felix (SESA). O presidente solicita fazer uma indicação e sugere que a UFES





esteja compondo também a referida comissão; refere que o representante da UFES, sr. Marcus Vinicius, não pôde comparecer a plenária de hoje, mas que seria uma importante representação; coloca ainda que se a UFES declinar da indicação de compor a comissão, na próxima plenária outra instituição representante da sociedade civil pode ser indicada; reforça que a referida comissão terá autonomia para deliberar, formatar e apresentar a Semana Estadual de Políticas sobre Drogas. O presidente solicita então ao sr. Getúlio que inclua os referidos representantes do Coesad no grupo formado para dar andamento aos trabalhos. **3) Debate sobre a Resolução que institui as comissões do COESAD:** O presidente inicia contextualizando que a assessora jurídica da SESD, em conjunto com os representantes das comissões permanentes do Coesad, foi designada a elaborar e apresentar uma Resolução que institui as comissões do Coesad, estabelecendo seus objetivos, competências, composição e prazo para conclusão dos trabalhos; refere que até o momento, as comissões do Coesad não tiveram suas atribuições regulamentadas; passa então a palavra para a assessora Suelen Wernersbach. A sra. Suelen inicia relatando que cada comissão ficou de encaminhar via e-mail suas sugestões quanto suas atribuições bem como as atividades que já desenvolvem, de forma que fosse possível elaborar um documento; sugere que nesta plenária os presentes leiam o documento e façam proposições e sugestões de inclusão para finalizá-lo; relata que a Comissão de Fiscalização e Monitoramento não encaminhou e-mail com suas atribuições de forma que pudesse ter um balizamento para elaboração do documento, no entanto, como já tem conhecimento do trabalho realizado, fez suas proposições de objetivos, competências e atribuições; relata que a Comissão de Educação encaminhou suas atribuições e sugestões, e portanto, elaborou o documento a partir destes indicativos; quanto a Comissão do Fundo Estadual sobre Drogas, relata que também não recebeu sugestões da referida comissão, no entanto, com base na legislação do FESAD, também construiu as atribuições da comissão; refere que o documento elaborado é uma minuta que deverá ser discutida e após aprovada será realizada sua publicação; relembra que as comissões servem de suporte para as deliberações do Conselho; coloca ainda que a referida minuta foi encaminhada por e-mail aos membros do Coesad para seus opinamentos. A assessora questiona à secretária executiva se houve algum retorno dos membros com sugestões e/ou apontamentos em relação à minuta encaminhada o que é respondido negativamente. O presidente pondera que seria possível pelo Regimento Interno a aprovação do documento na data de hoje se não houvesse objeção da plenária, no entanto, tendo em vista que nenhum dos coordenadores das comissões está presente na reunião, avalia ser melhor que a discussão e possível aprovação sejam realizadas na próxima plenária; delibera que seja encaminhado novamente e-mail com a minuta da Resolução, solicitando posicionamento dos membros; delibera também que seja encaminhado e-mail em especial para os coordenadores das comissões para que se posicionem; delibera também que o assunto volte para a pauta para definição na plenária de março. Aproveita o momento para lembrar que a plenária de fevereiro só está acontecendo na data de hoje após deliberação na plenária de dezembro, tendo em vista os feriados de carnaval, e que a partir do próximo mês as plenárias do Coesad retornam para a primeira terça feira de cada mês. **4) Retorno da conselheira Samantha sobre o Fórum Interconselhos – o mesmo está sendo realizado? Se sim, como o Coesad poderá participar?** A conselheira Samantha relata que entrou em contato com o representante da Casa dos Direitos e o mesmo informou que o Fórum Interconselhos atualmente está desmobilizado; no entanto, orienta que o Coesad oficie a Casa dos Direitos solicitando participação do Coesad bem como solicitando a data do próximo encontro; informa que atualmente o Fórum possui 2 Conselhos representantes sendo o CEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e CEJUVE – Conselho Estadual da Juventude; refere que o próprio encaminhamento do ofício já seria uma motivação para a mobilização de uma reunião do referido Fórum. Dessa forma, o presidente delibera que seja encaminhado um ofício do Coesad à Casa dos Conselhos, solicitando participação do Conselho sobre Drogas na próxima reunião do Fórum Interconselhos. Tendo em vista que os assuntos em pauta finalizaram, o presidente questiona se algum membro tem algum assunto diante do tempo ainda disponível. O conselheiro Expedito Jorge, representante da Polícia Federal, solicita a palavra para elogiar e parabenizar o Caderno Metodológico; fala sobre Projetos que teve a oportunidade de conhecer em Brasília, e que estes estão como referência no referido Caderno; cita os Projetos Tamo Junto e o Famílias Fortes do governo Federal; refere que o trabalho realizado no Caderno Metodológico tem uma base teórica e técnica sólida sendo um instrumento fundamental para o estado no trabalho de prevenção. O presidente do Conselho e Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas aproveita o momento para relatar que o programa Famílias Fortes do governo federal, foi incorporado à Rede Abraço; e que a partir deste ano será replicado no estado por meio da SESD. Antes de finalizar a sra. Lívia Silva de Queiroz solicita a palavra para se apresentar; relata que é aluna bolsista do IJSN e que está participando da pesquisa de avaliação da Rede Abraço; refere que está participando da plenária na condição de ouvinte e agradece a acolhida. O presidente coloca que o Conselho sempre estará de portas abertas; que qualquer pessoa da sociedade pode participar



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO**  
CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS


com direito a voz; refere que apenas os votos de assuntos em pauta é que são restritos aos conselheiros nomeados; refere ainda que as reuniões são um espaço público, democrático e para participação da sociedade nas mais variadas formas de organização e representação. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar a reunião se encerrou às dez horas e quarenta minutos, eu, Katia Cuzzuol de Almeida, Secretária Executiva, lavrei a presente ata.

  
**Carlos Augusto Lopes**  
Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas

  
**Samantha Leal Fraga**  
Secretaria de Direitos Humanos

**Clarice Sampaio Regattieri**  
Secretaria de Justiça

**Paulo Henrique Santos de Moraes**  
Secretaria de Estado Segurança Pública

  
**João Evangelista de Souza**  
Secretaria de Estado de Educação

**Cyntia Silva de Souza Felix**  
Secretaria de Estado de Saúde

**Sandra Silva Lima Barreto**  
Instituto de Atendimento Sócio Educativo

  
**Thiago de Carvalho Guadalupe**  
Instituto Jones dos Santos Neves

**Expedito Jorge Tavares de Souza**  
Polícia Federal

  
**Dircineia Souza Bragança**  
Conselho Regional de Psicologia